



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

**LAFAIETE SANTOS NEVES, ROBSON IVAN STIVAL,
TAIANE DAGOSTIN DARÓS**

**SUBDESENVOLVIMENTO E POBREZA. A LUTA DE
CELSO FURTADO PELO DESENVOLVIMENTO PARA
COMBATER A POBREZA**

**Outubro de 2012
Oficina nº 391**

Lafaiete Santos Neves, Robson Ivan Stival, Taiane Dagostin Darós

Subdesenvolvimento e pobreza. A luta de Celso Furtado pelo desenvolvimento para combater a pobreza

**Oficina do CES n.º 391
Outubro de 2012**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Subdesenvolvimento e pobreza.

A luta de Celso Furtado pelo desenvolvimento para combater a pobreza

Resumo: O objetivo do artigo é compreender a importância da vida e da obra de Celso Furtado e a sua influência nas políticas públicas de combate à pobreza no Brasil. Desde a sua infância, Furtado conviveu com a pobreza e nunca aceitou aquela situação de exploração da miséria por parte das oligarquias nordestinas, que transformaram a miséria e a pobreza numa indústria da seca, do enriquecimento fácil à custa do financiamento público. Sua vasta obra mostra sua postura intelectual e humana nas análises e propostas de combate à pobreza na perspectiva da superação do subdesenvolvimento. O método adotado é o histórico-estrutural, visando resgatar nas suas principais obras a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a temática da pobreza, o diagnóstico, as análises e as soluções que apresenta Celso Furtado para a superação desta situação.

Palavras-chave: Celso Furtado, subdesenvolvimento, pobreza.

1. Introdução

Celso Furtado (1992) conheceu, desde a sua infância no sertão da Paraíba, o banditismo, o cangaço, o fanatismo religioso, a prepotência dos grandes fazendeiros, os donos do poder que representavam a violência, o arbítrio e o abuso em relação às pessoas, mantendo-as em situação de exploração e pobreza. Esses fatos marcaram a sua vida e o seu compromisso com o povo que era vítima dessa situação.

Foi a partir da observação dessa realidade que ele começou a compreender que certas regiões brasileiras padecem condenadas à miséria em um país com tanta riqueza potencial (Furtado, 1992).

Na medida em que foi aprofundando sua visão da pobreza e sua relação com o subdesenvolvimento, Furtado pode perceber que aproximando a economia e a história como ciência sociais romperia com os esquemas formais que tentaram transformar a economia em ciência exata, que não consegue apreender a realidade econômica e social como um objeto dinâmico, cheio de contradições, que gera a riqueza e a pobreza. Para apreender esse objeto dinâmico,

* Lafaiete Santos Neves é doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da FAE - Centro Universitário e investigador do Programa Cátedras para o Desenvolvimento do IPEA/CAPES. Robson Ivan Stival é mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE - Centro Universitário e professor de Direito Civil e Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); e Taiane Dagostin Darós é mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE - Centro Universitário.

Celso Furtado entende que é fundamental ter uma visão de processo histórico e avança na construção do método histórico-estrutural, fazendo surgir assim sua primeira e principal obra “Formação Econômica do Brasil”, em 1959 (Furtado, 1992).

O objetivo do presente artigo é resgatar nas obras de Celso Furtado o histórico-estrutural, que trata da teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no que tange as suas consequências sociais, tais como: a desigualdade social, a concentração da renda e sua relação com a produção da pobreza, da miséria e da exclusão social. Pretendemos entender também como a sua teoria do desenvolvimento faz a crítica da teoria neoclássica, com sua influência vinda das ciências exatas, limitando-se a entender o desenvolvimento como crescimento econômico.

A sua afirmação de que a História tem um papel fundamental em que está mais do que comprovada pela sua ampla obra baseada neste método, onde ele rompe os limites das análises neoclássicas e avança no sentido de construir uma visão de desenvolvimento que vai além do econômico, abarcando o social, o político e o cultural. Isso se identifica com a concepção de desenvolvimento do economista indiano Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel de Economia (Furtado, 1998), que pensa o desenvolvimento além do econômico, que é o pressuposto para a erradicação da pobreza e para dar condições à realização das liberdades substantivas. Amartya Sen aponta de forma clara que a solução da pobreza tem que ultrapassar as políticas assistenciais e construir as condições para as habilitações. Entendidas como intitulação ou direitos, a solução da pobreza está diretamente vinculada à distribuição de renda, exigindo: habilitação no sentido de qualificação para se integrar ao sistema produtivo, títulos de propriedade e inserção na atividade comercial ou no trabalho por conta própria. Desta maneira, a expectativa é que as pessoas possam se libertar da sua condição de objeto da assistência pública pela participação no trabalho e na renda.

2. O despertar de Furtado para o combate ao subdesenvolvimento

A biografia de Celso Furtado retrata os motivos que o levaram a uma vida de dedicação a estudos e ações sobre o subdesenvolvimento, particularmente na região do Nordeste, onde suas análises contribuíram para entender que as crescentes disparidades regionais eram o maior desafio do futuro brasileiro.

Furtado passou seus primeiros anos de vida cercado pela violência característica da região nos anos de 1920: violência dos homens com o cangaço e também da natureza, com fortes chuvas que destruíram parte de sua casa em 1924 e outrora grandes secas que devastavam qualquer tenta-

tiva de lavoura. Sua visão sobre a realidade social começou a ser despertada aos sete anos, quando sua família passou a morar na então capital do Estado da Paraíba. Era o mais velho dos oito filhos de Maurício Furtado e Maria Alice Monteiro. Seu pai, além de músico, era Bacharel em Direito e ocupou vários cargos de destaque. Autoritário e pouco aberto ao diálogo com os filhos, preocupava-se com sua educação, influenciando na formação de Furtado por seu caráter e por sua crítica às ações políticas das instituições religiosas (Furtado, 1983).

Furtado iniciou seus estudos secundários aos doze anos no Liceu Paraibano e os concluiu no Ginásio Pernambucano do Recife. Concomitante, se dedicava a estudar piano, afirmando que nascera “da música e da literatura para os estudos universitários científicos”. Nessa mesma época, seu pai contratou um professor particular de inglês e Furtado logo passou a dominar a língua. Além disso, sua mãe lia em espanhol e francês, o que o fez entender essas duas línguas também. Na sua casa havia uma grande biblioteca, despertando a paixão de Furtado pela leitura. O interesse pela História o levou a ler livros de esquerda e, ainda na sua adolescência, foi um dos líderes desse movimento no Liceu Paraibano (*ibidem*).

Formou-se em Direito nos anos 40 na Universidade do Brasil e passou a trabalhar como técnico de administração e de organização no serviço público. Pela influência familiar e literária, Furtado cresceu pensando na situação social do lugar onde viveu e despertou para a luta contra a fome, acreditando que o número de pessoas nestas condições é um “*insulto à condição humana*” (Furtado, 1997a: 42). Passou a conhecer o mundo com ênfase nas diferenças sociais e regionais, no desenvolvimento econômico e na dependência, para que estrategicamente pudesse agir contra o subdesenvolvimento. Iniciou seu percurso crítico com o Doutorado em Paris-Sorbonne (1947-1948), onde passou a realizar leituras sistemáticas sobre economia. Em 1949, integrou a equipe fundadora da CEPAL, em Santiago do Chile, firmando seu interesse pela pesquisa, pelo ensino e pelas políticas públicas, elaborando uma teoria do desenvolvimento através do entendimento do contexto brasileiro quanto ao subdesenvolvimento. Não era somente um teórico, mas também um homem de ação, tendo contribuído para a fundação da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Sendo seu primeiro superintendente, participou da elaboração de diversos planos de desenvolvimento, tal como o Plano de Metas de Juscelino K. de Oliveira (Furtado, 1997a).

Em 1964, com o golpe militar, Furtado foi exilado e teve seus direitos políticos retirados. Instalou-se então em Paris e durante vinte anos foi professor na Sorbonne e nas universidades de Columbia, Yale, Cambridge, lecionando sobre a economia latino-americana, economia internacional e economia do desenvolvimento. Em 1997, foi eleito membro da

Academia Brasileira de Letras e, em 2003, da Academia Brasileira de Ciências (Furtado, 1997). Celso Furtado faleceu no Rio de Janeiro em 2004.

3. O sentido da pobreza

O sentido do termo pobreza está relacionado com as condições de subsistência, com o atendimento às necessidades básicas e também com a situação de privações relativas, sendo, em sentido amplo: supressão de direitos associados às exigências mínimas de uma família em relação às necessidades de alimentação, moradia e vestuário adequados; e serviços essenciais de água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação, lazer e cultura. Esses direitos, que vão além do emprego e da renda, são uma condição básica para a realização de outras necessidades na medida em que é a base para o exercício dos demais direitos individuais, sociais e de cidadania (Outhwaite & Bottomore, 1996).

Essa concepção de pobreza norteia os estudos de Celso Furtado, que, na sua análise, resgata a necessidade de políticas públicas de combate à pobreza. Dessa forma, passou a exigir por parte do Estado o planejamento do processo de desenvolvimento para superar a situação de subdesenvolvimento. Tal possibilitaria uma justa distribuição da riqueza gerada pela sociedade, permitindo elevar as condições de vida da população mais pobre, no sentido da geração de emprego, renda e consumo para avançar em direção aos demais direitos sociais. Para Celso Furtado, como veremos ao longo desse artigo, este era o grande objetivo da sua vida: obra e políticas públicas de intervenção do Estado na economia, visando a superação do subdesenvolvimento.

Superação esta que, segundo Celso Furtado, se manifesta pela “pressão cada vez mais eficaz dos assalariados para aumentar sua participação no incremento do produto, ponto de partida da homogeneização social que marcará as economias capitalistas desenvolvidas” (Furtado, 1992: 06)

O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada às necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais (Furtado, 1992: 38).

Neste sentido, Celso Furtado compara as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento ao afirmar: “As teorias do desenvolvimento são esquemas explicativos dos pro-

cessos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento da produtividade conduz à homogeneização social” (Furtado, 1992: 39).

A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de situações em que o aumento de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem a homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população (Furtado, 1992: 39-40).

Furtado conclui que a industrialização não é sinônimo de desenvolvimento quando reflete apenas a elevação da produtividade: “Daí que a industrialização nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento da produtividade, tenha contribuído quase nada para reduzir a heterogeneidade social” (Furtado, 1992: 45).

Analisa que o aumento significativo da produtividade no Brasil nos últimos quarenta anos se deu no sentido de aumentar a concentração da propriedade em poucas mãos, sendo que a maioria absoluta da população permaneceu destituída do mínimo de equipamento pessoal. A grande questão que levanta é como modificar o mecanismo que estabelece essa perversa distribuição de riqueza, ao nível das coisas e das habilitações pessoais. Para ele as forças de mercado só tendem a agravar esta situação de desigualdade socioeconômica (Furtado, 1992).

Celso Furtado se aproxima de Amartya Sen na questão do problema da fome e da pobreza quando concorda que a solução não está simplesmente na oferta de bens essenciais. Para ambos a solução para a distribuição de renda social está relacionada com a “habilitação por títulos de propriedade e/ou pela inserção qualificada no sistema produtivo. O que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação” (*ibidem*: 55). Isto é evidente quando se analisa o acesso à terra para a maioria dos trabalhadores rurais nos países subdesenvolvidos, que pagam rendas extorsivas. O mesmo vale para as populações urbanas que não têm acesso à moradia, o que significa manter milhões de pessoas sem esse bem essencial que é a habitação. Essa situação estrutural de privação original do acesso à terra e à moradia mantém na pobreza essa massa, típica dos países subdesenvolvidos.

Segundo Celso Furtado, associados a esta situação estão os regimes políticos de corte autoritário e a ausência do pluralismo de organização do poder que estão na base dos regimes democráticos (Furtado, 1992).

Outra característica do subdesenvolvimento para Celso Furtado é a ausência da habilitação profissional para a maioria da população, assim como a ausência da principal habilitação

que é a alfabetização sem a qual não se tem acesso às demais habilitações que permitem a superação da situação de pobreza.

A partir desse amplo conceito de pobreza, este artigo propõe compreender as contribuições de Celso Furtado no diagnóstico e nas propostas de soluções para essa realidade típica dos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, que é a pobreza.

4. O reflexo da ocupação do território no desenvolvimento econômico brasileiro

Para Celso Furtado, o Brasil – e em especial a região Nordeste – sofreu profundas alterações sociais e econômicas em um curto espaço de tempo, no período pós-guerra até meados da década de 60, passando de uma nação basicamente rural, formada por latifúndios e voltada para a produção agrícola, para uma economia industrial com grande população localizada em áreas urbanas (Furtado, 1964).

Tal transformação gerou graves problemas sociais, como é o caso da pobreza, de modo que uma análise, ainda que superficial, da evolução da economia brasileira é fundamental para a compreensão dos descompassos sociais existentes nas diversas regiões do Brasil.

Celso Furtado entendia que a economia brasileira era reflexo da forma de ocupação do extenso território, identificando três “fatores dinâmicos” que marcaram o desenvolvimento do país: a produção de cana-de-açúcar (1530-1650), a exploração do ouro (1700-1780) e a economia cafeeira (1840-1930) (*ibidem*).

5. A evolução da economia da época colonial para a década de 60 e seus reflexos sociais

Portugal utilizou-se da exploração agrícola para a exploração econômica das terras em sua colônia. O território brasileiro passou a integrar a economia da metrópole, criando um mercado de fluxo de bens destinados ao mercado europeu (Furtado, 2000).

Os portugueses já detinham há décadas as técnicas para a produção do açúcar, na exploração das ilhas do Atlântico. Com o auxílio do poder financeiro dos holandeses e da força de trabalho escrava, as terras brasileiras passaram a ser viáveis para o plantio em grande escala do produto (*ibidem*).

A economia açucareira era de tipo “plantation”, com mão de obra escrava. Os proprietários de engenho tinham que atuar em grande escala, pois as condições do meio não viabilizavam economicamente os pequenos engenhos. A produção expandiu-se muito, mas a renda gerada ficava concentrada nas mãos dos proprietários (*ibidem*).

É neste cenário que surgem, portanto, as dificuldades narradas por Celso Furtado, destacadas no início deste artigo, no tocante à habilitação das pessoas ao processo produtivo (dificuldades de acesso à terra e aos meios de produção), que redundaram no subdesenvolvimento e na pobreza.

A expansão da economia açucareira criava a necessidade de animais para o transporte de lenha em regiões mais distantes, pelo ensejo da devastação das florestas para o plantio da cana. No entanto, o gado não era criado dentro das fazendas de cana-de-açúcar. Isto separou as duas atividades económicas: a criação de gado e a produção de açúcar. Em meados do século XVII, a concorrência fez com que os preços do açúcar despencassem, assim permanecendo durante todo o século XVIII (*ibidem*).

Com a expansão da mineração no centro-sul, aumentou o preço dos escravos, reduzindo ainda mais os lucros dos proprietários de engenho. Contudo, a estrutura social manteve-se intacta, porquanto a atividade açucareira não propiciava maiores mudanças; quando a produção era reduzida, surgia um excedente de trabalho escravo, utilizado em obras voltadas ao bem-estar da classe proprietária (caráter não reprodutivo).

Por não depender de maiores investimentos e de força de trabalho numerosa, a pecuária nordestina expandiu em caráter de mera subsistência e dependente da atividade açucareira, indicando que:

Ao longo desse período, que se estende do último quartel do século XVII aos começos do século XIX, a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real per capita de sua população declinou secularmente (Furtado, 2000: 65).

A população nordestina crescia, pois com o declínio da economia açucareira as pessoas tendiam a se deslocar para o interior, onde a oferta de alimentos era maior. Porém, na economia nordestina desta época, grande parte da população produzia apenas o necessário para sobreviver.

Esses fatores contribuíram para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma legal etc. (Furtado, 2000: 71).

Para manter sua independência, Portugal aliou-se à Inglaterra, uma grande potência à época; juntos desenvolveram no Brasil o “ciclo do ouro”, no qual Portugal atuou apenas como

um “entreposto”. Os recursos obtidos deste ciclo financiaram a expansão demográfica brasileira (Furtado, 2000).

No final do século XVIII, deu-se o declínio da mineração do ouro no Brasil e a Inglaterra havia ingressado na revolução industrial. O café passou então a ter enorme importância para a economia brasileira, pois o produto se adaptou bem às condições climáticas e também porque houve uma alta de preços causada pela instabilidade do Haiti, grande produtor mundial da época.

A economia cafeeira utilizava bastante o trabalho escravo, tal como a açucareira, mas se diferenciava desta principalmente porque exigia um grau de capitalização mais baixo, por se basear amplamente na utilização do fator terra e por ser uma cultura permanente, não exigindo recursos de reposição (*ibidem*).

Com o aumento da produção do café, houve uma tendência muito forte de migração de mão de obra escrava do norte para o sul do país. A atividade cafeeira gerou uma nova classe empresarial, experiente, consciente de seus interesses e bem relacionada com os governantes e outros comerciantes, uma vez que outras atividades se desenvolveram em torno da cafeeira. Este também foi um importante fator que gerou diferenças econômicas e sociais no país.

Com a abolição da escravatura, os escravos foram liberados da terra sem o direito de acesso à mesma; Surgiu assim um grave problema de falta de mão de obra para a economia cafeeira, que entrou em declínio. As terras eram fartas, mas a força de trabalho escassa, surgindo a necessidade da imigração europeia.

Após a Segunda Guerra Mundial, continuou a imperar no Nordeste esta classe privilegiada formada por grandes proprietários de terras, cujo sistema de relações de trabalho era marcado por enorme diferenciação social. A população urbana era pequena e não tinha poder político (Furtado, 1964).

Os trabalhadores rurais eram meros agregados, conhecidos como “condiceiros”, que tinham apenas permissão para ocupar determinada área em troca de serviços para o dono da terra. As terras que ocupavam eram de pior qualidade, nos topos das colinas, distantes umas das outras (*ibidem*). Os trabalhadores não tinham oportunidade para a educação, pois desde tenra idade tinham que se dedicar ao trabalho. O analfabetismo também é considerado por Celso Furtado como responsável pelo subdesenvolvimento (*ibidem*).

A seca – rotulada como a grande vilã do desenvolvimento nordestino – era utilizada como pretexto e ferramenta para que os latifundiários recebessem maiores benefícios do poder público (*ibidem*).

O aumento do consumo interno do açúcar, nas décadas de 50 e 60, ensejou o aumento da produção e dos custos da produção, pois as terras de inferior qualidade – que eram utilizadas para outros alimentos – foram aproveitadas para o plantio da cana. Com isso, os trabalhadores rurais tiveram que desocupar suas áreas e foram “empurrados” para a beira da estrada, transformando-se em trabalhadores assalariados. Houve, assim, uma “involução” no processo de acesso à terra como meio produtivo, que já apresentava inúmeras dificuldades desde a época colonial.

Os proprietários das terras forçavam cada vez mais o achatamento dos salários dos trabalhadores, os quais passaram a ter também a necessidade de comprar os alimentos que antes produziam, gerando-se assim maiores dificuldades para os trabalhadores rurais (Furtado, 1964).

De outro lado, o deslocamento dos trabalhadores rurais para áreas mais próximas dos centros de abastecimento fez com que eles começassem a desenvolver relações sociais e criar movimentos sociais, com destaque para as Ligas Camponesas, que lutaram pela equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais aos dos urbanos. Surgiram, então, líderes locais que atuavam visando o interesse da classe (*ibidem*).

6. A industrialização

A partir da crise mundial de 1929, e em paralelo ao processo histórico de produção da cana-de-açúcar, o Brasil sofreu uma onda de industrialização patrocinada por uma nova classe capitalista, de modo que a economia brasileira não mais dependia apenas de recursos estrangeiros para crescer. “Criara-se no país um centro dinâmico apoiado no mercado interno” (Furtado, 1964).

Porém, a industrialização foi vista apenas a partir do crescimento econômico, no sentido de propiciar um processo de acumulação de capital e de progresso tecnológico, sem qualquer preocupação com o contexto social.

Pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências, no plano cultural, de um crescimento exponencial do estoque de capital. As grandes metrópoles modernas, com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados. (Furtado, 1996: 8-9).

Os governantes e economistas imaginavam que os problemas sociais seriam resolvidos automaticamente a partir do progresso tecnológico, mas o que se verificou na prática foi uma situação oposta, pois tal progresso veio acelerar e agravar as mazelas sociais (Furtado, 1996).

As grandes empresas, nos países periféricos, pagavam os salários de acordo com o ‘preço de oferta’ da mão de obra, fazendo com que o próprio processo de industrialização em tais países aumentasse a distância que os separava dos países que estavam no centro do sistema (*ibidem*).

Além disso, as grandes empresas orientavam o processo de acumulação e homogeneizavam os padrões de consumo, nos países centrais, acentuando as diferenças com os países periféricos. Assim, nestes apenas uma minoria privilegiada tinha acesso a tais padrões de consumo, agravando as diferenças sociais internas e originando tensões sociais que influenciavam no plano político. Por sua vez,

O Estado, incapaz para modificar a referida orientação, exaure-se na luta contra os seus efeitos. As frustrações políticas levam à instabilidade institucional e ao controle do Estado pelas Forças Armadas, o que contribui para reforçar ainda mais o seu caráter burocrático. Em síntese: o crescente controle “internacional” das atividades econômicas dos países periféricos acarreta uma precoce autonomia do aparelho burocrático estatal. (Furtado, 1996: 69-79).

Procurou-se, na narrativa acima, expor o processo histórico brasileiro segundo a visão de Celso Furtado, bem como a sua repercussão no subdesenvolvimento e as consequências deste no plano social, como gerador da pobreza.

Porém, a luta de Celso Furtado contra o subdesenvolvimento e a pobreza no Brasil não se limitou ao plano acadêmico, no sentido da identificação do problema e de suas origens. Celso Furtado também atuou de maneira prática e concreta, por meio de políticas públicas, utilizando-se de seus estudos e da sua vasta experiência no exercício de cargos políticos executivos, voltado para os problemas sociais.

A concretização de suas ações começou a ser possível através da SUDENE, criada por Lei em 1960, a partir da necessidade de ter uma instituição para coordenar as ações contra o subdesenvolvimento do Nordeste, sobretudo no combate à seca, que agravava os problemas agrícolas e a implementação da industrialização. Era definida como uma agência de desenvolvimento regional de planejamento e coordenação de programas socioeconômicos de instância Nordestina (Furtado, 1997a).

Em síntese, a SUDENE objetivava ser um órgão de suporte ao Governo no estabelecimento de políticas de desenvolvimento para o Nordeste. O agravamento da fome decorrente da seca não era percebido como uma consequência, em muitos casos, das tomadas de decisões da classe dirigente e pela atuação governamental. Sendo assim, a SUDENE surgiu com o propósito de reverter esta situação, distanciando os planos de combate à seca dos tradicionais “problemas políticos” que eram enfrentados no Nordeste (*ibidem*). Neste contexto, Cohn (1976) alega que a SUDENE nasceu como forma predominante de atender a necessidade de resolver não só os problemas sociais, mas também os problemas políticos do Nordeste, mediando conflitos sociais ao mesmo tempo que possibilitaria a expansão capitalista nordestina.

Furtado entendia que a possível solução para a situação nordestina seria realizada através de uma intervenção estratégica contra a injustiça social que levava à miséria e à violência, e a SUDENE seria a concretização deste ideal. Entretanto, desde seu início, a SUDENE enfrentou inúmeras adversidades políticas advindas das elites nordestinas, como ocorreu, por exemplo, com o projeto da Lei de Irrigação (1959) enviado ao Congresso. Apesar de ter as bases para a reforma agrária através dos meios de controle do uso da terra e da água, nunca foi aprovado. Mesmo assim, em seu discurso de posse como primeiro superintendente, Furtado abordou o que havia de inovador na lei recém-sancionada de aprovação da SUDENE: abrir espaço para o entendimento das forças políticas, sem interferência de luta partidária para alcançar os objetivos de desenvolvimento e obter formas mais racionais de influência do Estado em âmbito econômico:

Eu me havia empenhado na luta para modificar a política do governo federal no Nordeste, com o ardor de quem atende a um chamado do destino. Aceitei todos os sacrifícios e assumi todos os riscos. Metamorfoseara-me em homem-orquestra, trabalhando nos aviões, nos hotéis e nos acampamentos. Recebia dezenas de pessoas nos dias de trabalho, nos fins-de-semana percorria a região, na ânsia de melhor identificar os problemas e no propósito de estimular os companheiros, a quem incumbiam às tarefas mais duras. [...] Eu construíra uma equipe de pessoas dedicadas, que trabalhavam sem limite de horário e que se haviam identificado com a causa do Nordeste com o espírito de cruzados. (Furtado, 1997b: 131-132).

A tarefa inicial do conselho diretor da SUDENE – constituído basicamente pelos mesmos membros de seu antecessor, o CODENO Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – era formular o projeto do I Plano Diretor para o desenvolvimento do Nordeste, abrangendo todos os aspetos que mereciam melhorias na região nordestina, tais como:

Os setores de eletrificação, transportes, aproveitamento dos recursos hídricos, reestruturação da economia rural, melhoria das condições de abastecimento, levantamento e prospecção mineralógicas, levantamento cartográfico, serviços de águas das cidades do interior, acesso das populações a condições mínimas de instrução, e incentivos aos investimentos privados no setor industrial. (Furtado, 1997b: 134).

No primeiro ano de funcionamento da SUDENE, 23 projetos de novas indústrias foram aprovados através de um sistema de incentivos fiscais consolidados no Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, gerando seis mil oportunidades de empregos. Sendo assim, elevou-se, juntamente com outras ações, a participação do Nordeste nas emissões de capital efetuadas em todo o Brasil, cujo índice era de 1,6% em 1959 e passou a ser de 6,7% em 1960. A estratégia adotada pelo GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste –, precursor da SUDENE, foi fundamental para esse crescimento através da adoção dos programas de colonização das terras despovoadas existentes no Maranhão e no Oeste da Bahia, da reorganização fundiária do Semiárido e da Zona da Mata, do aproveitamento das bacias dos açudes e irrigação nos vales dos rios São Francisco e Parnaíba e do aproveitamento dos tabuleiros costeiros do Nordeste (Furtado, 1997b).

Um dos maiores problemas enfrentados por Furtado na administração da SUDENE era a escassez de profissionais especializados e motivados. Para suprir esta necessidade, muitas vezes essa assistência era internacional, devido à credibilidade que a SUDENE tinha no exterior. No entanto, esta ação demandava certo nível de organização e delineamento dos pontos estratégicos de atuação destes agentes, por geralmente ser a primeira estada no Brasil e estarem inaptos para acerrar as dificuldades gerais enfrentadas pelo Nordeste. Esta assistência veio da ONU, de suas agências especializadas e de uma missão francesa para formar técnicos e projetar centros de abastecimento e pequenas unidades térmicas. O governo japonês auxiliou na instalação e no treinamento técnico para a indústria têxtil e a Fundação Ford participou na concessão de 40 bolsas de estudos para técnicos se especializarem em projetos de irrigação. Além disso, as universidades do Nordeste foram mapeadas e receberam especial atenção para a formação de profissionais, especialmente de agrônomos e geólogos, fornecendo bolsas de estudo e estruturas de pesquisa de campo, garantindo aos bolsistas emprego em órgãos técnicos da SUDENE quando completados os estudos. Desta maneira, foi possível expandir os trabalhos técnicos organizados pela SUDENE e estimular os universitários a se fixarem na região para abraçar conjuntamente a luta contra o subdesenvolvimento (Furtado, 1997b).

Em 1964, ano em que ocorreu o Golpe Militar, Celso Furtado foi demitido e forçado a sair do órgão. Neste período, muitas mudanças políticas foram evidenciadas também nas linhas de ação da SUDENE, que passaram a visar apenas o suporte da industrialização e a expansão de infraestrutura no transporte, o saneamento e a energia elétrica, que vinham de encontro aos interesses do sistema empresarial – classe dominante. Mesmo com este propósito, as ações da SUDENE foram exauridas pela desaprovação do projeto de reforma agrária, que aumentou os problemas de distribuição de renda, e pela redução de recursos oriundos de incentivos fiscais (*ibidem*).

Furtado confessa que se frustrou ao perceber que o regime militar de 1964 avançou no processo de industrialização sem resolver a questão do desenvolvimento social, ao priorizar o crescimento económico que só fez aumentar a desigualdade social e os privilégios de alguns (Furtado, 1997c). Compreendeu que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham percepção das graves desigualdades sociais do país e se aliaram ao latifúndio e à direita ideológica contra as organizações sindicais nascentes (Furtado, 1998).

É fundamental entender no processo de desenvolvimento económico a evolução do papel do Estado, que, de defensor primordial dos interesses patrimoniais, passa progressivamente com o processo de redemocratização do país a assumir o papel de defensor dos interesses coletivos. Essa mudança se deve à progressiva capacidade de organização e participação das massas trabalhadoras, concluindo-se que a solução dos problemas de ordem social é oriunda da natureza política (*ibidem*).

Ao analisar a globalização planetária das atividades produtivas, Furtado entende que o processo levará necessariamente a uma grande concentração de renda e à exclusão social. Demonstra que os novos desafios são de carácter social e não apenas económico como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo, o que o leva a afirmar que a imaginação política deve estar em primeiro plano (*ibidem*).

7. Os números da pobreza no Brasil

Celso Furtado, em reunião sobre medidas de combate à pobreza na Comissão Parlamentar de Inquérito, do Congresso Nacional, em 1999, apresentou dados do Instituto de Pesquisa Económica Aplicada - IPEA que retrataram na época a areal dimensão da pobreza no Brasil:

Há no Brasil 53 milhões de pobres – cerca de 34% da população –, que vivem com uma renda insuficiente para atender às suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação e transporte. Nessa massa de pobres há um conjunto de 22 milhões de indi-

gentes – cerca de 14% da população, que não têm sequer como comprar os alimentos que lhes garantam o consumo mínimo calórico vital. A pobreza absoluta manteve-se em torno de 34% desde o lançamento do Plano Real em 1994. (Furtado, 2002: 11).

Ao fazer a comparação do Brasil com países de renda per capita semelhante (4.500 dólares), Furtado afirma que nestes países a percentagem de pobres é de 10% da população total, logo, menos de um terço em relação ao Brasil. Dos 92 países estudados quanto a desigualdade de renda, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2006), apenas a África do Sul e o Malawi têm maior concentração do que o Brasil. Nessa época o Brasil tinha um déficit de 10 milhões de moradias (Furtado, 2002).

Celso Furtado, no seu depoimento na referida Comissão Parlamentar de Inquérito, apresenta três dimensões sobre a pobreza:

- 1) A questão da *fome endêmica*, que está presente, em graus diversos, em todo o mundo;
- 2) A questão da habitação popular, que em alguns países já encontrou solução;
- 3) A questão de insuficiência de escolaridade, que contribui para perpetuar a pobreza (Furtado, 2002: 12).

Para responder a essas dimensões Celso Furtado formula a questão fundamental: Porque o Brasil se singulariza pela concentração da renda e da riqueza? Porque o Brasil é o campeão mundial de desigualdades sociais? Se formos analisar pela renda per capita, em torno de 5mil dólares, o Brasil está dentro da média mundial. O indicador de pobreza sempre se ateu ao mundo rural e no caso do Brasil 70% da população na década de 90 era urbana. Então, a explicação está no péssimo perfil da nossa distribuição de renda, onde 30% da população de alta renda detém 73,1% da mesma (Cassiamali, 2002).

O problema da pobreza no Brasil é majoritariamente urbano, o que se expressa nas péssimas condições de habitação e emprego da população de baixa renda. Outro agravante da pobreza é a falta de uma política de preços dos alimentos para as famílias de baixa renda. Acrescente-se a isso a estrutura patrimonialista, onde as altas concentrações das propriedades rurais e urbanas dificultam o acesso dos pobres a terra no meio rural, o que elevaria a produção e a queda de preços dos alimentos e da habitação no meio urbano, que consome grande parte da renda das famílias mais pobres.

Várias pesquisas apontam que o nível de extrema pobreza no Brasil vem diminuindo, de 36 milhões de pessoas em 1990 para 9 milhões em 2008 (MDS, 2010). Em comparação, os estudos do IPEA (2011), utilizando os dados do PNAD (2008), chegaram à conclusão que 19,9 milhões

de pessoas vivem na pobreza extrema e 53,9 milhões são pobres absolutos. As famílias pobres chefiadas por trabalhadores autônomos, empregados informais e sem remuneração somam 58%. O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade apresentaram pesquisas também com base em estudos do PNAD que indicam que, em 2008, 47,1 milhões de brasileiros são pobres e 16,3 milhões são indigentes, dos quais 45% têm idade abaixo de 15 anos (IPEA, 2011). Esses dados mostram também que a concentração da riqueza na área rural é duas vezes superior à da área urbana. O Brasil está entre os países com maiores índices de desigualdade de renda e salários (CEPAL, 2001). Segundo Carneiro (2003), a pobreza está concentrada nas áreas rurais, pequenas cidades e em estados da região nordeste e do norte do país. Barros *et al.* (2000) aponta que menos de um quarto dos gastos sociais são deliberados com as pessoas verdadeiramente pobres e que grande parte dos programas atendem à classe média.

Para Celso Furtado, o crescimento econômico deve estar voltado para o bem estar da população e para reduzir o grau de miséria que pune parte dela. O mapa da pobreza e da exclusão social é produto do processo de globalização excludente, que, ao priorizar a elevação da produtividade e a competitividade internacional pela via da inovação tecnológica, gera a extinção de milhares de empregos, impondo a fome a grande parte da nossa população (Furtado, 1998).

Segundo Celso Furtado, o Brasil é um país continental que tem uma enorme disponibilidade de recursos naturais, que tem renda *per capita* e um grau de urbanização que favorecem a erradicação rápida da pobreza. O que falta, na sua opinião, é uma decisão política do Estado brasileiro para erradicar a fome e a pobreza no Brasil (*ibidem*).

Furtado afirma que é fácil no curto prazo resolver o problema da pobreza e da fome no país, que é um dos maiores exportadores de alimentos no mundo. Se 70% da população está nas cidades, basta assegurar o acesso a uma cesta básica de alimentos. No longo prazo, a solução exige outras medidas, tais como a habilitação, como defende o Prémio Nobel de Economia, o indiano Amartya Sen, que teve um papel fundamental na conceituação desta medida e na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para Celso Furtado esta possibilidade de habilitação está bloqueada, basta para isso ver que os pobres que constituem a maioria da população rural estão sem acesso à terra, ou quando têm é sob a forma de arrendamento a um preço muito elevado. No caso dos pobres das nossas cidades, a situação não é diferente já que a maioria não tem acesso à moradia. A solução para Celso Furtado está na reforma patrimonial para desconcentrar a propriedade e a renda e o acesso à educação para que os pobres possam se habilitar e assim ter acesso aos empregos de maior renda.

No Brasil, a questão da pobreza urbana, que significa o maior contingente da população, deve ser resolvida com uma política pública de habitação que atenda o déficit habitacional que atinge 53 milhões de pobres e miseráveis (Furtado, 1998). Em termos de recursos públicos, isto significa um montante de apenas 4% do PIB brasileiro, bem menos do montante de recursos públicos drenados para os pagamentos de juros da dívida pública.

Furtado entende que um projeto de desenvolvimento para a superação da pobreza deve ter como prioridade a satisfação das necessidades básicas. Percebe que a superação desse problema é de natureza política, que deve decidir que parte do excedente econômico deve ser destinado para modificar o perfil de distribuição da renda, para que o conjunto da população possa satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, educação. Com essa decisão política ao longo de certo tempo estará eliminada a pobreza absoluta (Furtado, 1998). O que contribuirá para essa solução são medidas de caráter estruturais tais como reorganização do setor agrário, elevando o salário básico, e medidas fiscais visando reduzir o consumo dos grupos de altas rendas. As dificuldades de tais medidas são muitas, já que o perfil de consumo está associado à renda e ao modelo produtivo tecnológico gerado no exterior (*ibidem*). Neste contexto, o Governo Federal desenvolveu ao longo dos últimos anos programas de combate à pobreza no Brasil, cuja influência de Celso Furtado é evidente, tais como:

- **Programa Bolsa Família:** implementado pelo Governo Federal em 2001 e integrado à Fome Zero, o Bolsa Família faz parte do planejamento estratégico para assegurar o direito humano à segurança alimentar e nutricional, garantindo a alimentação para a população mais vulnerável à fome. O valor máximo recebido por família é de R\$200,00. Como critérios de participação incluem-se o número e a idade dos filhos, frequência escolar e a renda familiar por pessoa, que não pode exceder R\$140,00 (MDS, 2011). Estudos apontam que 12 995 195 famílias estão inclusas no perfil de pobreza do Bolsa Família, das quais 99,62% recebem o auxílio (PNAD, 2006 *apud* MDS, 2011). No total, o auxílio tem um repasse médio mensal de R\$ 1.224.704.614,00 (MDS 2011). Segundo o Banco Mundial, apoiador do Programa, este tipo de auxílio é imprescindível para o desenvolvimento humano:

Transferências condicionais de renda fornecem dinheiro diretamente aos pobres, via um "contrato social" com os beneficiários – por exemplo, manter as crianças na escola, ou levá-las com regularidade a centros de saúde. Para os extremamente pobres esse dinheiro provê uma ajuda de emergência, enquanto as condicionalidades promovem o investimento de longo prazo no capital humano. (Lindert, 2011: 67-74).

Pesquisas mostram que nas escolas com alunos beneficiados pelos programas Bolsa Escola ou Bolsa Família houve em média um crescimento de 2,8% na taxa de matrícula; a evasão escolar diminuiu 30,9% e a taxa de aprovação aumentou 53,3% (Kassouf e Glewwe, 2011). Além disso, o Bolsa Família é um dos responsáveis pela diminuição do índice de miséria no Brasil, que teve um decréscimo de 27,7% entre 2002 e 2006, quando houve uma redução na população miserável do país (FGV, 2011).

- **Programa Seguro-Desemprego:** o Salário Desemprego é entendido como uma remuneração média temporária fornecida durante alguma crise, problema social e/ou desemprego. Vinculado ao Programa Seguro-Desemprego, criado por Decreto em 1986, atende a mais de 14 milhões de trabalhadores/ano, auxiliando a abrandar as implicações do desemprego através da garantia de salário do seguro-desemprego, proporcionando também maiores chances de elevação da empregabilidade (Marinho *et al.*, 2010). No Brasil, onde o percentual de empregados com carteira assinada é de 58,8%, a taxa de desemprego até março de 2010 era de 5,7% (IBGE, 2010).

- **Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV:** Regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009, este programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal - CEF, é direcionado para a obtenção de terreno e construção de unidades habitacionais, que posteriormente são vendidas às famílias que têm renda familiar mensal inferior a R\$1.395,00, sendo que o valor de venda destes imóveis não deve ultrapassar os R\$130.000,00. (CEF, 2011). O PNAD (2007) mostrou um déficit habitacional de 7,2 milhões de moradias. Com base nesta pesquisa, a meta do PMCMV é construir um milhão de casas, reduzindo este déficit em 14%. Após um ano de funcionamento, o PMCMV atingiu 59% deste total previsto, e a estimativa é que nos próximos 10 anos sejam construídas um total aproximado de 22 milhões de unidades habitacionais (Real State Reseach Group, 2010).

- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf:** com o objetivo de financiar projetos individuais ou coletivos que suscitem renda aos pequenos agricultores familiares e assentados de reforma agrária, tanto para o custeio da safra quanto para a atividade agroindustrial, o Pronaf tem as menores taxas de juros e de inadimplência entre os sistemas de crédito do Brasil, que podem variar entre 1% e 5% ao ano, essenciais para o grande número de agricultores no País:

No Brasil existem 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares, o que corresponde a 84,4% do número de estabelecimentos rurais do País. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da

renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar. (MDA, 2011: 19).

O Plano Safra 2010/2011 disponibilizou para a agricultura familiar R\$ 16 bilhões para custeio, investimento e comercialização. Comparado ao Plano Safra 2002/2003, que era de R\$ 2,4 bilhões, o Pronaf cresceu 572%, em que R\$ 8,5 bilhões são disponibilizados para operações de investimento e R\$ 7,5 bilhões para custeio (MDA, 2011b).

Os programas de combate à pobreza do Brasil nunca tiveram tanta abrangência como nos últimos oito anos: no entanto, o que vem se observando é que estas políticas poderão manter o caráter compensatório e assistencialista ao invés de sustentáveis. É necessário, na concepção de Celso Furtado e Amartya Sen, que tais programas devam superar o foco na assistência social e avançar na direção de dar condições à população pobre de adquirir as *habilidades profissionais* para garantir de forma permanente o acesso à repartição da renda e da propriedade. Os programas direcionados aos efeitos da seca, da fome e da pobreza do nordeste são os exemplos mais representativos das políticas sociais nas últimas décadas, no entanto, mesmo com as análises de Furtado quanto ao problema, as alternativas nunca foram realmente sustentáveis. Parece relevante a ligação deste fenômeno com o uso político em benefício próprio sobre as medidas assistencialistas, dando procedência a corrupção e exploração da pobreza. É urgente a necessidade de repensar estratégias para as políticas sociais com efeitos permanentes e sustentáveis sobre a pobreza; além disso, é necessário integrar políticas e projetos que tenham efeitos compensatórios àqueles que têm efeitos permanentes na renda dos pobres (Arbache, 2003). Neste âmbito, Furtado argumenta:

O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente, ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. (Furtado, 2009: 26).

As reflexões de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento fazem surgir a sua explicação de que a permanência do subdesenvolvimento se deve a fatores culturais, à medida que as classes dominantes dos países subdesenvolvidos adotam padrões de consumo dos países desenvolvidos. Isso explica a elevada concentração de renda nos países subdesenvolvidos e a

persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional (Furtado, 1998).

No Brasil, sempre houve uma resistência para a desconcentração da renda sob o argumento de que, se houvesse uma melhor distribuição de renda para os pobres, os mesmos não iriam poupar e sim consumir. Esse mito foi derrubado quando se constata exatamente o contrário, pois são os de renda mais altas os que mais consomem. Essa alta propensão ao consumo das classes altas e médias se deve ao fato de as mesmas seguirem os padrões de consumo dos norte-americanos, que têm uma renda muito superior, dez vezes maior do que as classes altas e médias brasileiras, sendo que a classe média e pobre se endivida junto ao sistema de crédito para manter esse padrão de consumo imitativo dos grandes centros do capitalismo mundial. No Brasil, a concentração da renda nas classes alta e média, que significa 20% da população, é de 33 vezes superior às classes populares (*ibidem*). Esse é o grande problema, o processo de aculturação das classes altas e médias em nosso país, que vive imitando o consumismo dos norte-americanos, influenciado esse mesmo modelo consumista imitativo nas classes de baixa renda (Furtado, 1998).

Mesmo com a estabilidade econômica do Plano Real, o quadro social de desigualdade pouco se alterou, pois tal estabilidade se fez à custa de um maior endividamento interno e externo, o que obriga o governo a despender cada vez mais recursos públicos para cumprir os compromissos da dívida, em detrimento de políticas públicas de enfrentamento desse quadro social de pobreza (*ibidem*).

A crise que atinge o povo brasileiro é, para Furtado, resultado de uma sociedade que quer reproduzir a cultura material do capitalismo dos países centrais, colocando assim a maioria da população na situação de pobreza (*ibidem*).

Tal situação só será superada pela vontade coletiva articulada às lideranças políticas que tenham a percepção da necessidade de romper com este modelo de desenvolvimento imitativo dos centros hegemônicos do capitalismo. Para isto é necessário enfrentar o modelo de acumulação voltado a reproduzir o padrão de consumo dos países ricos e comandado por empresas transnacionais. Somente assim será possível construirmos uma sociedade mais homogênea que realize nossas potencialidades culturais. Para Celso Furtado, a nossa industrialização tardia, baseada no desenvolvimento imitativo, explica esse quadro de elitismo e desigualdade social (*ibidem*).

Se o objetivo estratégico do país é conciliar crescimento econômico com distribuição de renda, com a garantia das *habilitações*, os investimentos devem ser guiados não pela raciona-

lidade das empresas transnacionais e sim da rentabilidade social para priorizar os valores substantivos que exprimem os interesses da coletividade (*ibidem*).

Diante desse diagnóstico, Celso Furtado concluiu que no Brasil não houve desenvolvimento mas sim modernização. O Brasil tem hoje uma renda dez vezes superior aos anos 60 e continua com uma brutal desigualdade social, aumentando o contingente de pobres. Para ele “só existe desenvolvimento quando a população em seu conjunto é beneficiada” (Furtado, 2002: 21).

8. Considerações finais

O artigo resgata a grande contribuição de Celso Furtado no combate à pobreza, destacando que essa preocupação o acompanha desde a infância e adolescência, vividas no nordeste brasileiro. Foi convivendo com essa realidade de miséria, a que estavam submetidos os camponeses nordestinos, e a opressão e exploração dessa situação por parte das oligarquias nordestinas, que se aproveitavam desse quadro de exclusão social para se apropriarem de recursos públicos, que fez com que Celso Furtado assumisse um compromisso de lutar para a superação do subdesenvolvimento e da miséria.

A sua aproximação a essa situação de pobreza também se deve aos estímulos da própria família, pelo acesso que teve à literatura que retratava esse quadro social de pobreza e violência marcada também pelo banditismo.

A sua compreensão e o compromisso com a superação de tal realidade foi-se ampliando à medida que ele foi avançando nos estudos acadêmicos no Curso de Direito, na Universidade do Brasil e no Rio de Janeiro e com a sua posterior continuidade com o doutorado que fez na Universidade de Sorbonne, em 1947/8. O seu contato com os pensadores da “Escola de Annales” na França o fez um estudioso do estruturalismo. Esse fato, associado à sua formação em Direito e à descoberta da História como ciência fundamental para a percepção na formação neoclássica em economia-, fez com que tentasse enquadrar a economia como uma ciência exata. Entretanto, não dava conta de explicar essa realidade concreta e complexa do subdesenvolvimento, que só poderia ser compreendido nos marcos das ciências sociais.

Foi a partir dessa descoberta que produziu sua obra clássica *Formação econômica do Brasil*, em 1959. Nessa obra, ao analisar a nossa formação econômica, desenvolve não apenas uma obra extraordinária de história econômica, como também desenvolve o método histórico-estrutural, articulando Economia e História, que irá acompanhar toda a sua vida intelectual nas

análises, nos diagnósticos e nas propostas de superação da pobreza e do subdesenvolvimento, e que terá continuidade com a sua ida para a CEPAL em 1949.

Na obra *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado, ao estudar os ciclos econômicos, resgata a origem da pobreza que vem desde a economia colonial brasileira, com a exploração dos escravos, dos camponeses, na economia açucareira e que se perpetua nos ciclos seguintes da mineração, da pecuária e do café. Evidencia que a própria libertação dos escravos por pressão inglesa, dados os seus interesses como economia industrial nascente em ampliar seus mercados nas antigas economias coloniais, deixa milhares de escravos sem acesso à terra e transformados em força de trabalho a ser explorada na expansão cafeeira, juntamente com os imigrantes europeus que se juntaram a essa massa de empobrecidos.

O conjunto da sua vasta obra, que analisa o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, evidencia que a situação de subdesenvolvimento e pobreza é histórica, cultural e econômica, sendo determinada pela inserção do Brasil nos marcos do antigo sistema colonial primário exportador, baseado na mão de obra escrava, na grande plantação e no mercado externo, gerando um processo de acumulação apropriado pelas burguesias metropolitanas, modelo esse que se perpetua até a industrialização, beneficiando internamente as elites agrário-exportadoras, que acumulam a riqueza e mantêm seu padrão de consumo imitando o padrão de consumo dos países mais desenvolvidos. Tal modelo, altamente concentrador de renda e de propriedade, não permite o desenvolvimento de um mercado interno, mantendo na pobreza uma grande massa de trabalhadores rurais e urbanos, sem direitos às habilitações, ou seja, aos títulos de propriedade, ao acesso à educação pública para a qualificação da força de trabalho e à repartição da renda, pressuposto para adquirir os demais direitos sociais.

Ao analisar a industrialização substitutiva de importações, desde os anos de 1930, percebe-se que esse modelo mantém na América Latina a condição de dependência tecnológica dos grandes centros do capitalismo mundial, perpetuando o quadro de concentração de renda e de pobreza, levando ao esgotamento desse modelo à medida que se criam obstáculos ao desenvolvimento autônomo de ciência e tecnologia fundamentais à produção dos bens de capital. A análise dessa realidade que vem desde a CEPAL demonstra que o processo de troca continua desigual, gerando um déficit comercial e um endividamento externo crescente nos países da América Latina.

Toda a contribuição que deu Celso Furtado, com sua produção intelectual e com sua participação na preparação do Manual de Indicadores de Planejamento do Desenvolvimento na CEPAL, colaborou para que os governos da América Latina caminhassem na direção do desenvol-

vimento e na participação da elaboração dos Planos Econômicos no Brasil, sendo: Plano de Metas (1956) de Juscelino Kubitschek de Oliveira e o Plano Trienal (1962) de João Goulart, onde Furtado foi Ministro de Planejamento e encarregado da sua elaboração. No entanto, estes planos não foram suficientes para a superação do quadro de subdesenvolvimento.

Sua aproximação nos anos de 1990 ao economista indiano Amartya Sen, pela sua grande contribuição a uma nova visão de desenvolvimento e pela elaboração dos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH), fez com que Celso Furtado fortalecesse sua percepção de que o desenvolvimento vai muito além do crescimento econômico, da desconcentração da renda e da propriedade, avançando na direção dos direitos substantivos defendidos por Amartya Sen, que envolve direitos econômicos, sociais, culturais e segurança protetora por parte do Estado, possibilitando assim a constituição dos direitos às habilitações, por meio das quais os pobres, os excluídos, possam adquirir qualificação profissional para se inserir no mercado profissional, no trabalho por conta própria, e assim passarem a ter uma renda auferida diretamente dos seus afazeres, superando a dependência das políticas públicas de assistência social. Neste sentido, é importante destacar que Celso Furtado teve forte influência nas políticas públicas nos últimos anos, voltadas para as populações mais pobres, como o PRONAF e a Bolsa Família. Essa última exige dos beneficiados a manutenção dos filhos na escola para que possam desta forma, ter a base fundamental para adquirirem as habilitações profissionais que possibilitem a superação das políticas públicas de assistência, se inserindo nas atividades econômicas de forma permanente, participando da renda e do consumo.

Referências bibliográficas

- Arbache, J. S. (2003), *Pobreza e mercados no Brasil*. Brasília: CEPAL. Consultado a 18.03.2011, em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/11868/r135jorgearbachepobreza.pdf>.
- Barros, R. P.; Henrique, R.; Mendonça, R. (2000), “A instabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, in R. Henrique (org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Carneiro, F.G. (2003), *A Poverty Profile and Functional Aspects of Brazilian Labour Markets*. Brasília (ECLAC): Mimeo, DFID/CEPAL.
- Cassiamali, M. C. (2011), *Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade*. Consultado a 31.03.2011, em <http://www.previdenciainjusta.com.br/bibliografia/Cap%2001%20pag%2026%20-%20Cacciamali%202002.pdf>.

- CEF - Caixa Econômica Federal; Governo Federal (2011), *Minha Casa. Minha Vida: moradia para as famílias, renda para os trabalhadores e desenvolvimento para o Brasil*. Consultado a 16.03.2011, em http://www.sindusconmg.org.br/site/arquivos/cartilha_minha_casa_minha_vida.pdf.
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina (2001), *Panorama social de América Latina*. Santiago: CEPAL.
- Cohn, A. (1976), *Crise regional e planejamento*. São Paulo: Perspectiva.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas (2011), *Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas*. Consultado a 16.03.2011, em http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm.
- Furtado, Celso (1964), *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1983), *Celso Furtado: Economia*. Rio de Janeiro: Ática.
- Furtado, Celso (1992), *Brasil - A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1996), *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1997a), “A Fantasia Organizada”, in Celso Furtado, *Obra autobiográfica de Celso Furtado - Tomo I*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1997b), “A Fantasia Desfeita”, in Celso Furtado, *Obra autobiográfica de Celso Furtado - Tomo II*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1997c), “Os Ares do Mundo”, in Celso Furtado, *Obra autobiográfica - Tomo III*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1998), *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2000), *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Furtado, Celso (2002), *Em busca de novo modelo. Reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2009), “O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento”, in Celso Furtado et al., *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Fundação Celso Furtado/Banco do Nordeste/Contraponto.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), *PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta*. Consultado a 17.03.2011, em

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), *Jornal do Comércio (RJ): Nova Pobreza*. Consultado a 18.03.2011, em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7583:jornal-do-comercio-rj-nova-pobreza&catid=159:clipping&Itemid=75.

Kassouf, Ana Lucia; Glewwe, Paul (2011), *The Impact of the Bolsa Escola/Familia Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Grade Promotion and Drop out Rates in Brazil*. Consultado a 16.03.2011, em

<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211140170-.pdf>.

Lindert, Kathy (2011), *Brazil: Bolsa Família Program - Scaling-Up Cash Transfer For The Poor*. Consultado a 16.03.2011, em <http://www.mfdr.org/sourcebook/6-1Brazil-BolsaFamilia.pdf>.

Marinho, D.; Balestro, M.; Walter, M. (2010), *Políticas públicas de emprego no Brasil: Avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego*. Brasília: Verbis.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011), *Programas de Crédito Rural*.

Consultado a 16.03.2011, em

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>.

MDA -Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011b), *Plano Safra 2010/2011*. Consultado a 17.03.2011, em www.mda.gov.br.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social (2010), *Combate a pobreza e erradicação da fome avançam no país, afirma Ministra Márcia Lopes*. Consultado a 18.03.2011, em

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2010/outubro/combate-a-pobreza-e-erradicacao-da-fome-avancam-no-pais-afirma-ministra-marcia-lopes>.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social (2011), *MDS em números*. Consultado a 16.03.2011,

em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNVZlZlMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>.

Outhwaite, Willian; Bottomore, Tom (1996), *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Real State Research Group (2010), *Resultados do Programa Minha Casa Minha Vida: Benefícios e entraves para uma política habitacional*. Consultado a 16.03.2011, em

<http://www.realestate.br/images/File/Comite/CM-Nota-270810.pdf>.

Sen, Amartya (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.